

Informe FUP

28.03.2008

Conselheiros deliberativos respondem notificação da SPC sobre limite de paridade no Plano Petros

No final de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) notificou os conselheiros deliberativos da Petros – tanto os representantes da Petrobrás, quanto dos trabalhadores – sobre o descumprimento do limite da paridade contributiva previsto pela atual legislação da Previdência Complementar. A SPC afirma que o Conselho Deliberativo da Petros permitiu que as empresas do Sistema Petrobrás contribuíssem para o Plano Petros com valores superiores ao das contribuições normais dos seus participantes e assistidos.

Na época em que analisaram essa questão, em 2004, os conselheiros determinaram que a Diretoria da Petros apresentasse um recurso junto ao Conselho Gestor da Previdência Complementar – CGPC, instância superior à SPC. Como as patrocinadoras do Plano Petros negociaram e celebraram com a FUP e seus sindicatos o Acordo de Obrigações Recíprocas, esse recurso à CGPC acabou não sendo feito.

Os conselheiros já apresentaram suas devidas defesas à SPC, explicando detalhadamente os fatos e aguardam agora o posicionamento da Secretaria. Caso a SPC não aceite as argumentações dos conselheiros, eles estão sujeitos ao pagamento de multas e sanções como a inabilitação para ocuparem cargos de dirigentes ou conselheiros em fundos de pensão.

O fato é que a notificação feita pela SPC demonstra que a Secretaria não medirá esforços para que todos os fundos de pensão cumpram a atual legislação previdenciária, independentemente dos impactos que possam ocorrer para os participantes e assistidos. Ou seja, se a FUP e seus sindicatos não tivessem buscado soluções para proteger os direitos trabalhadores, aposentados e pensionistas, o caminho inevitável seria a justiça. A categoria estaria à mercê de longos processos, com intermináveis recursos e desfecho imprevisível.

A FUP e seus sindicatos estavam corretos quando priorizaram o processo de negociação para resolver as pendências da Petros, como o pagamento das dívidas que as patrocinadoras têm com o Plano Petros e as mudanças necessárias para enfrentar os impactos dessa nova legislação sobre os participantes e assistidos.

De forma irresponsável, as associações de aposentados e os sindicatos dissidentes ignoraram os riscos. Preferiram, como sempre, iludir os petroleiros, ao invés de encarar a realidade dos fatos e unirem força na busca de soluções. Além de nada fazerem para enfrentar as mudanças impostas pela nova legislação, mentiram e distorceram informações, enganando e prejudicando milhares de participantes e assistidos do Plano Petros.

Direção Colegiada da FUP